

XXXII CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERU 2019

GT 2 – Ciudades Latinoamericanas em el nuevo milenio

Título: A Fronteira Brasil/Uruguai: apontamentos sobre perspectivas do turismo e patrimônio em Jaguarão/Brasil

Vera Maria Guimarães

Doutora em Ciências Humanas
Universidade Federal do Pampa-Campus Jaguarão
E-mail: veraguimaraes@unipampa.edu.br

RESUMO

A Fronteira Brasil/Uruguai: apontamentos sobre perspectivas do turismo e patrimônio em Jaguarão/Brasil

Localizamos nosso estudo no município de Jaguarão, ao Sul do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, divisa com Rio Branco/Uruguai, município que recebe visitantes atraídos pelo consumo de produtos importados, em lojas de free shop, localizadas em Rio Branco. Deslocamentos desta natureza para este tipo de consumo têm sido compreendidos como “turismo de compras”. Por outro lado, Jaguarão apresenta um número significativo de edificações, na zona urbana, que foram tombadas, em 2011, algumas das quais, de caráter cultural significativo em sua história e que têm atraído atenção de distintos grupos pelo seu potencial turístico. Esta realidade tem acionado diferentes atores a se manifestar, em torno do desenvolvimento local. Assim, interessa-nos identificar em que sentido o acervo patrimonial ali reconhecido, tem sido acionado pelos agentes políticos locais, como diretriz para o desenvolvimento turístico e quais seriam suas possíveis divergências sobre o tema. Fundamentamos esta discussão no campo das Ciências Sociais e Geografia Humana, considerando as discussões que caracterizam as relações entre espaços de fronteira, cidades e turismo. Este estudo é de caráter qualitativo e para tal, além de pesquisa bibliográfica e em meios eletrônicos, utilizamos depoimentos de agentes públicos que estão ou estiveram envolvidos nos últimos anos, em ações do poder público local, relacionadas à cultura e turismo, a partir do processo de tombamento do patrimônio edificado. Como decorrência, é possível verificar os pontos de consenso e conflito em torno de possíveis diretrizes para o desenvolvimento turístico local através das questões relativas ao patrimônio e ao turismo de compras.

Palavras-Chave: Fronteira Brasil/Uruguai. Jaguarão. Turismo. Patrimônio. Poder Público.

Introdução

Este trabalho é parte de um processo de reflexões e estudos exploratórios anteriores, sobre o turismo na fronteira Brasil/Uruguai, onde está localizado o município de Jaguarão, ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Jaguarão possui uma população de 27.931 mil habitantes¹ e faz divisa com a cidade uruguaia de Rio Branco (Departamento de Cerro Largo) que conta com 14.556 habitantes², municípios, estes que estão- “no segmento leste da fronteira, próximos a Lagoa Mirim e são separados pelo Rio Jaguarão, unindo-se através da Ponte Internacional Mauá.” (Ferreira, 2009)

Embora, sejam regiões onde predomina a atividade agrícola (em especial a rizicultura) e a criação de gado, há mais de uma década, estes municípios vêm passando por transformações econômicas, em função do desenvolvimento da zona de livre comércio, conhecida como zona de *free shops*, cujas lojas passaram a funcionar em Rio Branco, a partir de 2003 (FERREIRA, 2009).

Esta nova realidade que se configurou na região tem acarretado novos processos de interação social pautados pela dinâmica do “livre comércio”³, ao mesmo tempo em que envolve, também, o movimento de pessoas que passam a visitar a região (visitantes/turistas) para aquisição de mercadorias importadas com preços mais acessíveis que aqueles praticados no mercado regular de ofertas.

Este fenômeno está presente nas diferentes regiões de fronteira no Brasil, onde estejam instaladas lojas deste tipo (*free shop*). A prática de deslocamento de pessoas para estas regiões, para fins de consumo nos *free shops*, tem sido vista como um tipo de turismo denominado “turismo de compras” (expressão utilizada tanto, por estudiosos da questão, como por alguns setores da população que vive nas regiões visitadas).

Nesta fronteira (Jaguarão/Rio Branco), o chamado “turismo de compras”, tem trazido à certos setores da população local, algumas perspectivas econômicas diferenciadas, numa localidade que tradicionalmente apresenta uma economia rural e de pequeno comércio local. Por outro lado, também tem despertado a curiosidade de outros, ou mesmo, algum tipo de reflexão, sobre o que constitui esta região, em especial, Jaguarão (posição na qual, eu mesma me coloco, enquanto cientista social), para além de sua história de antigo acampamento militar, alvo de disputas territoriais, no século XVIII⁴, até chegar às transformações mais recentes, dentro deste contexto.

Encontrando-me numa posição de observadora de algumas destas transformações, nos últimos anos, tanto como estudiosa do fenômeno turístico, quanto como moradora de Jaguarão, tenho buscado, em certo sentido, analisar algumas das questões que envolvem esta cidade e a construção de uma identidade resultante desse processo de mudanças.

Partindo-se da perspectiva de a cidade ser denominada “turística”, tanto, por setores da população local, quanto por agentes do poder público e, até mesmo, por alguns estudiosos, tenho procurado compreender, em que medida este turismo se apresenta, de fato, dadas as peculiaridades desse chamado “turismo de compras”. Observa-se, neste sentido, que o alvo dos “turistas” tem sido os *free shops*, no município uruguaio de Rio Branco, condição, na qual, Jaguarão se torna local de passagem inevitável para acesso às compras.⁵

A partir destes aspectos, proponho-me a trazer aqui, a continuidade de algumas reflexões anteriores.⁶ Estas reflexões perpassam as questões do turismo, mas apresentam como eixo mais abrangente, a discussão sobre as perspectivas para o desenvolvimento local do município, particularmente de sua área urbana que apresenta configurações muito particulares. Tomo como marco e ponto de partida, o processo de tombamento de um número expressivo de edificações, no município, em 2011 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e como este acontecimento coloca a questão da “cultura” como elemento importante na dinâmica do desenvolvimento local.

Destacarei, aqui, algumas considerações sobre o papel que este patrimônio “histórico-cultural” tem jogado no debate sobre o desenvolvimento da região. Meu ponto de partida é a percepção de que a questão do patrimônio material tombado traz à tona vários aspectos de importância significativa para a localidade, principalmente, em seu espaço urbano, em torno da indicação de como esta mudança contribuiria para o desenvolvimento econômico do município.

Tendo-se em vista o caráter cultural inerente a este processo, passei a me perguntar quais são as políticas culturais que indiquem com clareza respostas para tal questão. Particularmente, busco, neste breve artigo, identificar a atuação dos agentes políticos locais em relação ao contexto de tombamento, a partir de 2011, como diretriz para o desenvolvimento local e quais seriam suas possíveis divergências sobre o tema, tendo-se em vista, o desenvolvimento do turismo na região.⁷

Fundamentamos esta discussão no campo das Ciências Sociais e Geografia Humana, considerando as discussões que caracterizam as relações entre espaços de fronteira, cidades e turismo. Metodologicamente, este estudo é de caráter qualitativo com utilização de pesquisa bibliográfica e uso de meios eletrônicos, assim como, foram tomados depoimentos de agentes públicos que estão ou estiveram envolvidos nos últimos anos, em ações do poder público local, relacionadas à cultura e turismo, a partir do processo de tombamento do patrimônio edificado.

Jaguarão, cultura e fronteira: questões gerais

Jaguarão apresenta um número significativo de edificações, na zona urbana, que foram tombadas, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2011. Este patrimônio arquitetônico tem sido visto como atrativo para o desenvolvimento turístico local por setores do poder público, dentre outros.

Frente a este contexto, tomo aqui, alguns indícios para se pensar esses processos, sem a pretensão de uma análise ampla e detalhada, neste momento, mas buscando um olhar mais pontual, como parte de um mosaico que pode ser construído sobre esta fronteira, a partir de diferentes aspectos e estudos.

A cidade tem passado por uma fase de valorização do fluxo de visitantes para o desenvolvimento do turismo a partir do tombamento de um conjunto arquitetônico de bens, na parte central de cidade, apresentando-se, neste contexto, um “centro histórico”, como espaço de valorização da história e cultura local. Em alguma medida, pode-se dizer que estava em curso, nos últimos anos, um processo de “patrimonialização”, assim como, valorização do turismo, como estratégia de desenvolvimento econômico do município. Utilizo o verbo no passado – “estava”, pois, ao tentar organizar meus dados e minhas reflexões, era possível observar, num tempo passado recente, como que estas questões, em certa medida, apareciam através de ações do poder público local, ou seja, como a questão do patrimônio tombado repercutia em discursos, eventos e simbologias, que, de um modo ou outro, remetiam a questões de identidade local.

Gostaria de apontar, nesse sentido, que esse processo, está para além da discussão da relação turismo-patrimônio local, pois estamos falando de um município de fronteira, e deste modo, o caso de Jaguarão precisa ser entendido num contexto fronteiriço, ou seja, a questão da fronteira tem, aqui, um papel relevante, em especial em torno de seus processos identitários.

Tomo como referência, o fato de que fronteiras são lugares complexos que abarcam várias dimensões e envolvem, além disso, uma natureza paradoxal, como aponta Albuquerque: “Olhar para os vários lados da fronteira é estar permanentemente atento para as múltiplas relações de poder que se comunicam por meio das valorizações e desvalorizações das línguas, moedas,

formas de identificação coletiva, estigmas e projeções em relação ao 'outro'." (ALBUQUERQUE, 2012, p.76)

Os paradoxos referidos, neste sentido, envolvem estas relações de poder, como nos diz o autor, através das quais, fundamentalmente, dizem ao outro quem ele é, ou deveria ser. Portanto, constroem e desconstroem identidades, numa dinâmica, muitas vezes, mais complexa, pela própria fluidez das relações fronteiriças.

No caso de Jaguarão, percebo que as questões de identidade, do que é "Jaguarão", é reflexo tanto de um processo de mudanças econômicas, nas últimas décadas, quanto de um processo político que se estabeleceu no país, com a democratização (pós regime militar), nos anos de 1980, que possibilitou a retomada de discussões pela população sobre, não apenas, as questões políticas mais diretas, mas a possibilidade de reorganização da sociedade civil em torno de várias temáticas que envolvem os processos de desenvolvimento.

Economicamente, o processo que passou a impulsionar um certo fluxo de visitantes, no município, foi justamente uma situação resultante da dinâmica fronteiriça, que conforme comentado, anteriormente, deu-se por conta da instalação de lojas de *free shop*, no município vizinho. Voltando às questões há pouco destacadas, trago mais alguns dizeres sobre os lugares de fronteira e como podem ser vistos:

(...) "lugares específicos de produção de sentidos, relações e representações. (...) especialmente os espaços urbanos, são territórios de poder, experiências sociais e circulações atravessadas por pequenas distâncias entre países e por limites jurídicos entre soberanias territoriais. Não se trata de lugares isolados e comunidades fronteiriças fechadas, mas de espaços de vivências e memórias articulados com diversas escalas de interações regionais, nacionais e globais." (CARDIN, ALBUQUERQUE, 2018, p.119)

São as interações que ali ocorrem, em boa parte, pelo consumo de mercadorias/marcas globais que têm gerado esse "turismo de compras", o qual passou, também, a dinamizar a economia local em função da oportunidade de oferecer a estes turistas/visitantes, um conjunto de serviços, geralmente necessários neste tipo de atividade, como hotéis e pousadas.

Outro fator importante que nos ajuda a entender o processo recente que tem envolvido discussões e ações sobre o desenvolvimento local, diz respeito ao fato de que, alguns anos após a instalação dos *free shops*, do lado

uruguaio, Jaguarão recebeu um dos campi da Universidade Federal do Pampa, cujo processo de implantação ocorreu a partir de 2006. Em 2010, teve início o curso de graduação em Gestão em Turismo e em 2011, é criado o curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural.⁸

Este fator, aliado a outros, tem contribuído para o crescimento das discussões sobre o desenvolvimento do turismo no município, contudo, pensar os rumos do desenvolvimento de Jaguarão não significa, necessariamente, o fortalecimento deste chamado “turismo de compras”. O que isto poderia nos dizer, afinal? Entendo que implica no interesse por esse turista/visitante, que tem tido como motivação central, o consumo de mercadorias mais baratas e importadas, mas que potencialmente, pode ser também um visitante interessado no que Jaguarão possa ter de particular a oferecer, ou seja, cabe um apelo, para que ele não apenas “passe” pela cidade, mas também possa - “olhar” este lugar chamado Jaguarão, como diria John Urry, ter o “olhar do turista”. Então, diante disso, quais seriam as ações necessárias para mostrar o que teria Jaguarão a oferecer?

Entendo que é neste contexto que as questões culturais ganham força, ou seja, teria a cidade um apelo cultural forte o suficiente para despertar no visitante seu interesse, incorporado, principalmente em suas edificações marcadas como patrimônio histórico? Uma vez que o fenômeno turístico carrega em sua essência, trocas culturais, existe a constatação geral de que a cultura apresenta relevância, enquanto objeto de consumo turístico. Importante também ressaltar que a arena cultural, cada vez mais, tem sido um palco de disputas de poder, no campo econômico, político e simbólico, na atual fase do capitalismo “globalizado”.

A cultura, desse modo, torna-se elemento de forte apelo econômico e, por sua vez, de mercado, onde diferentes atores se organizam através de práticas e discursos para legitimação de variadas ações culturais. Um dos aspectos a partir dos quais esta tendência se configura é através da importância que a “identidade cultural” vem adquirindo para variados grupos e instituições (estendendo-se também, para os lugares nos quais se inserem).

Podemos tomar como representação desse fenômeno, os processos de “patrimonialização” em curso em distintos lugares, os quais marcam questões dessa natureza, como por exemplo, as ações de tombamento de bens culturais

(materiais e imateriais) e a chamada “revitalização” de espaços urbanos degradados que, reorganizados, através de ações do Estado e do mercado, redefinem seu uso público. Nesta redefinição, em muitos casos, as questões culturais surgem como eixo de articulação de práticas de consumo variadas.

É possível se observar, em diferentes espaços urbanos, no Brasil e em outras partes do mundo, a reconfiguração do uso do espaço, para fins de dinamização econômica, tendo-se em vista o contexto mundial de “desindustrialização” e crescimento do setor de comércio e serviços. É neste contexto que os investimentos na área de turismo têm crescido nas últimas décadas.

A urbanização deve ser vista como “um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas.” (HARVEY, 2006, p.170)

No mesmo sentido, conforme aponta Cruz (2012), todo o patrimônio cultural, é por natureza espacial. O que Cruz chama de processo de “patrimonialização do patrimônio”, em curso, em diferentes lugares do país, ou fora dele, refere-se à mecanismos de proteção do patrimônio cultural, de forma institucionalizada (com sua origem histórica na França, processo que vai se instituindo no Brasil a partir da década de 1930).

Muitos objetos de valorização patrimonial acabam se tornando atrativos para a atividade turística, o que envolve um conjunto de trocas comerciais (pagamentos para visitação) (CRUZ, 2012). Estas trocas muitas vezes, é que geram formas de manutenção desse patrimônio, o que segundo a autora denota a contradição da relação turismo e patrimonialização, pois, enquanto esta última é gerada pelo valor de uso, sua manutenção torna-se possível pelo valor de troca.

É um fenômeno que pode ser observado em diferentes partes do mundo, incluindo cidades pequenas (Cruz cita as cidades históricas), onde a cidade se torna mercadoria.

No caso de Jaguarão, a questão do patrimônio tem sido destaque nas políticas culturais do município. Este processo teve início mais explícito com o tombamento de um conjunto arquitetônico, na parte central da cidade. De que

forma, esse processo, representativo de uma cultura local, e espaço de produção e consumo, tem sido pensado pelos agentes da política local?

Tendo como foco estes pontos apresentados, destaco, a seguir algumas percepções dos atores políticos que estiveram à frente deste processo e seus desdobramentos nas políticas locais atuais.

Os rumos do desenvolvimento de Jaguarão: a cultura e seus agentes da política local

As questões aqui tratadas estão metodologicamente alicerçadas, em pesquisa bibliográfica, pesquisa em sítios eletrônicos e entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público local que atuaram no campo da cultura, em especial, a partir do tombamento do patrimônio material (edificações), para identificarmos que políticas culturais estão sendo engendradas no município.

Parto da constatação de que as questões que trago aqui sobre a temática do desenvolvimento de Jaguarão, têm como eixo a cultura, como vetor de transformação e entrelaçam patrimônio histórico, turismo e agentes culturais com atuação política.

Tomando a pesquisa realizada por Comunello (2015), na fronteira Brasil-Uruguaí, envolvendo Jaguarão, sobre produção cultural e ativismo político, os grupos e movimentos culturais na região de fronteira, combinam práticas políticas com culturais, são atores que pensam a região de fronteira como um espaço cultural comum.

Esta percepção é visível em minha pesquisa. Optei por entrevistar pessoas que estiveram ligadas à Secretaria de Cultura e Turismo, tendo como foco a avaliação desses agentes políticos sobre as políticas culturais, no período em que estiveram atuando e tomo como corte temporal, o tombamento do patrimônio histórico-cultural, em 2011. Durante este período houve a gestão -2009 a 2012, 2013 a 2016 e a atual gestão iniciada em 2017. As duas primeiras tiveram como prefeito uma liderança do Partido dos trabalhadores (PT) local e a atual, está com o partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A partir dos depoimentos dos principais agentes políticos envolvidos, trago algumas observações, sem pretender esgotar a complexidade do tema, mas ao contrário, como já apontado, este é um estudo exploratório.

Para algumas pessoas que passaram pela gestão, no início do processo, tratava-se de fazer com que a população entendesse o que significava o tombamento, o desafio era fazer as pessoas se apropriarem dessa questão, pois a população não tinha clareza do que era o tombamento, para tal, foram criados fóruns sobre o tema do patrimônio.

O prefeito anterior (Cláudio Martins) se colocou na perspectiva de uma gestão que pudesse direcionar o desenvolvimento do município, em função de suas questões histórico-culturais e turísticas. Foi criada a Secretaria de Cultura e Turismo, em 2009, início de sua gestão, como um departamento específico para o patrimônio e agregação de pessoas com qualificação para atuarem de forma técnica no tema. Ele entende que o tombamento foi consequência de um conjunto de ações, tanto do governo, quanto do que ele indicou como uma militância de pessoas interessadas no desenvolvimento desse processo, possibilitando que a cultura local e o município tivessem maior visibilidade. Deste modo, um conjunto de fatores possibilitaram o trabalho dos órgãos técnicos competentes, tanto à nível estadual, quanto federal, para identificação e mapeamento de um conjunto arquitetônico a ser tombado.⁹

Além disso, em suas palavras, a cidade não podia ser apenas um “corredor” para as compras, apesar de reconhecer que o turismo de compras possibilitou a ampliação e qualificação de serviços no município (é importante citar o fato de que os meios de hospedagem e infraestrutura de serviços estão localizados em Jaguarão, pois a cidade vizinha, onde estão as lojas, pouco tem a oferecer até então).

Em 2011, segundo o ex-prefeito, havia a convicção de que Jaguarão deveria fazer parte de um projeto do Governo Federal, chamado Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, voltado para as chamadas – Cidades Históricas. O município conseguiu se inserir no projeto, através do recebimento de recursos, para investimentos que envolveriam a restauração de importantes edificações do município. Para o ex-prefeito, isso faria muita diferença para a cidade. Houve a opção pelo tema do patrimônio, o que também possibilitou investimento em infraestrutura urbana. Esse processo também envolveu uma

aproximação com o município vizinho de Rio Branco (Uruguai), como estratégia de desenvolvimento regional, através de fóruns de discussões, de onde se tira a ideia de instalação de lojas de *free shops*, também em Jaguarão.

Estrategicamente, o governo local pretendia atrair os turistas de compras para visitar o centro histórico do município. Nesse sentido, em 2012 foi aprovada uma Lei Federal, que possibilitou que esse processo avançasse e atualmente, o município já conta com sua primeira loja, inaugurada em agosto.

É possível perceber que o desencadeamento desse movimento que levou ao tombamento de edificações importantes para o desenvolvimento do município foi resultado, dentre outros aspectos, de uma certa “militância cultural”, pois o perfil de pessoas que passaram a atuar, em diferentes momentos, na gestão pública, particularmente na Secretaria de Cultura e Turismo, tinham (e mantêm) envolvimento e interesse nas questões culturais de Jaguarão e região, sendo algumas delas atuantes na educação básica que, para além disso, buscaram ou estão buscando, qualificação no ensino superior. Como resultado é possível encontrar alguns trabalhos acadêmicos sobre o município e a questão do patrimônio, desses mesmos agentes culturais e políticos e esse fato nos faz pensar na presença de uma atuação mais reflexiva e intelectual dos agentes políticos. Neste sentido, o ex-secretário Rodrigo Segóvia, turismólogo, que esteve à frente da Secretaria na atual gestão, em seu depoimento se autodenominou como um “ativista cultural”.

Contudo, a gestão atual (2017 em diante, de partido distinto) diverge do modo como o processo de tombamento ocorreu e como estes recursos, que incluem prédios públicos importantes que foram restaurados, devam ser objeto de políticas para o desenvolvimento local.

Enquanto, anteriormente a questão da cultura e patrimônio tombado, como elementos centrais para o desenvolvimento local, estava sendo pensada, para potencializar a economia e o turismo, no atual governo, a questão da gestão do patrimônio não parece ser o mais importante, mas sim, o fortalecimento de eventos para atração de turistas.

Para a maioria dos atores políticos que estiveram presentes na SECULT, na gestão anterior, há um sentimento de inércia por parte da atual gestão e descaso com o que foi desenvolvido anteriormente.

Para alguns, com a mudança de gestão houve uma desestruturação do que vinha sendo desenvolvido: “desmontaram com as políticas públicas que a gente vinha implementando”, disse uma das entrevistadas.

As perspectivas entre os partidos e sua gestão é distinta em relação às políticas culturais e de turismo, mas alguns dos representantes das duas gestões, concordam que a educação patrimonial deveria ter sido trabalhada frente ao processo de tombamento.

Na atual gestão há críticas sobre o processo de tombamento que não teria sido discutido com a população. As prioridades sobre a questão da cultura e turismo são outras. Na gestão anterior, os agentes envolvidos manifestavam uma necessidade de que os espaços restaurados pudessem ser usufruídos pela população para que não fossem, apenas, atrativos aos turistas.

Estes mesmos agentes políticos entendem que o contexto político nacional em sua gestão, era favorável em relação aos recursos públicos, mas com o novo Governo Federal, a situação está difícil, na área cultural.

Finalizando...

As percepções políticas dos agentes políticos envolvidos são distintas e envolvem dimensões, por um lado, mais intelectualizadas e reflexivas e, por outro, mais pragmáticas.

Os entrevistados da gestão anterior, em boa parte, identificam-se de forma mais próxima com questões acadêmicas e sua trajetória, em geral, envolveu a saída de Jaguarão e a volta para a cidade, em busca de uma perspectiva de desenvolvimento local.

As ações culturais de maior impacto têm sido dependentes de ações políticas, ou seja, uso do poder político. Uma vez que a captação de recursos e/ou desarticulação política não ocorram de forma satisfatória, os agentes culturais não têm encontrado formas de implementação de projetos.

A gestão atual ainda parece não ter clareza de um projeto de desenvolvimento mais definido. A questão do turismo de compras apresenta-se ainda como questão central, pois novas lojas estão para ser implementadas, agora no lado brasileiro, em Jaguarão.

A relação patrimônio e turismo de compras parece que ainda tende a continuar gerando tensões quanto às perspectivas de desenvolvimento local.

Há muito material de pesquisa coletado que poderá dar continuidade a este estudo e muitas análises a serem feitas. Por fim, muitas publicações não puderam ser referenciadas neste artigo, em função de seus limites, mas estão disponíveis na bibliografia.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, José L.C. Fronteiras múltiplas e paradoxais. **Textos e Debates**. Boa Vista, nº 22, p. 71-87, jul./dez., 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL **Perfil- Jaguarão/RS**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/jaguarao_rs> Acesso em: 06/05/2019.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados- Jaguarão/RS**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431100>> Acesso em 06/05/2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Jaguarão/RS**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/393/>> Acesso em: 12/03/2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Obras do PAC Cidades Históricas – Jaguarão (RS)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/393/>> Acesso em: 12/03/2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Ponte Barão de Mauá receberá certificado de Patrimônio Cultural do Mercosul**. Assessoria de Comunicação, 08/05/2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/id/1256569> Acesso em 08/06/2015.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Portal Planalto. **Ponte entre Brasil e Uruguai será o primeiro Patrimônio Cultural do Mercosul**. 30/5/2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/ponte-entre-brasil-e-uruguai-sera-o-primeiro-patrimonio-cultural-do-mercosul>> Acesso em 08/06/2015.

CARDIN, E. G., ALBUQUERQUE, J.L. Fronteiras e deslocamentos. **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**. Vol. 06, nº. 12, Jan-Abr.,2018.

CENSON, Dianine. **Entre os Fantasmas do Passado e as Crenças no Futuro: uma narrativa sobre as estratégias adotadas pelo governo de Jaguarão (RS) frente às diretrizes do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPEL, 2017.

COMUNELLO, Felipe J. Produção cultural e ativismo cultural na fronteira entre Brasil e Uruguai. **40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 24 a 28 de outubro, 2016.

CRUZ, Rita de Cássia A. da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. São Paulo: **GEOUSP/Espaço e Tempo**, nº 31, 2012, pp:95-104.

FERREIRA, André C. Interações na fronteira Brasil-Uruguai: um estudo de caso das cidades de Jaguarão-RS (Brasil) e Río Branco (Uruguai). **Revista Eletrônica Boletim do Tempo**, Ano 4, Nº37, Rio, 2009 [ISSN 1981-3384]. Disponível em:

<http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5243:interacoes-na-fronteira-brasil-uruguai&catid=35:america-do-sul&Itemid=127> Acesso em 19/10/2012.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

GUIMARÃES, Vera. Turismo e fronteira: dinâmicas do desenvolvimento turístico em Jaguarão/RS. **XI REUNIÓN DE ANTROPOLOGÍA DEL MERCOSUL**. Apresentação de Trabalho. Montevidéu, 30 de novembro a 04 de dezembro, 2015.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Andréa da Gama Lima. **O legado da escravidão no patrimônio cultural jaguareense (1802-1888)**. Dissertação de Mestrado em Memória Social de Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. 2010. <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Andrea-Lima.pdf>> Acesso em: 13/03/2019.

MÜLLER, Lúcia H. A., LEITE, Elaine da S., COMUNELLO, Felipe J., GUIMARÃES, V.M. **PROJETO DE PESQUISA**. Dinâmicas da Fronteira: consumo, fiscalidades, turismo e política cultural na fronteira Brasil/Uruguai. PUC, UFPEL, UFRGS, UNIPAMPA, 2016.

PONTE INTERNACIONAL MAUÁ É CONSIDERADA PRIMEIRO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MERCOSUL. **Jornal Meridional**, 03 de junho, 2015, ano VI, 215. Disponível em:

<<http://fronteirameridional.blogspot.com.br/2015/06/ponte-internacional-maua-e-considerada.html>> Acesso em 08/06/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Emoção e alegria marcam a reinauguração do Theatro Esperança**, 08/11/2015. Disponível em: <<http://www.jaguarao.rs.gov.br/?p=12187>> Acesso em 25/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **História: Jaguarão**, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <https://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=364> Acesso em: 17/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÃO. **Tombamento do conjunto histórico e paisagístico**. Disponível em: <https://www.jaguarao.rs.gov.br/?page_id=322> Acesso em: 17/05/2019.

RIBEIRO, Maria de Fátima B., DUTRA, Alan D. de., LIMA, Andréa G. Cidade, memória e política: Jaguarão RS/ patrimônio histórico e artístico nacional. **ANAI DO SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH**. São Paulo, julho, 2011.

RIBEIRO, Maria de Fátima B., NOGUEIRA, Isabel P., MACHADO, Carlos José de A. Patrimônio cultural e fronteiras no Mercosul: processos de tombamento e patrimonialização no município de Jaguarão no Estado do Rio Grande do Sul. **INTELECTOR**, Ano XI, volume XII, nº 24, janeiro/junho. Rio de Janeiro, 2016.

URUGUAY. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA. Censos 2011. **Cerro Largo**. Hogares. Disponível em : <<http://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-2011>> Acesso em: 03/06/2019.

Notas

1. Segundo dados do Censo de 2010 (IBGE).
2. Conforme dados do Censo do Uruguai, de 2011 (Instituto Nacional de Estatística, do Uruguai - INE).
3. Trata-se da isenção de impostos em mercadorias, ficando a regulamentação e controle deste consumo, à cargo da Receita Federal do Brasil.
4. Uma breve história da fundação da cidade até sua elevação à município, pode ser encontrada na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Jaguarão.
5. Cabe o comentário que o fluxo de visitantes é contínuo, mas tem seus períodos de maior ou menor intensidade, em função de proximidade de datas comemorativas de maior consumo no Brasil, principalmente, em finais de semanas e feriados prolongados. Aliado a este fator, a cotação do dólar americano é de suma importância para os visitantes, uma vez que os produtos

são apresentados nesta moeda, portanto, a variação cambial interfere diretamente no número de consumidores e visitantes, que são, predominantemente de cidades mais próximas na região, mas, também, inclui pessoas de vários Estados do Brasil, além dos moradores de Jaguarão.

6. Importante clarear que construí algumas breves análises que foram alvo de apresentação de trabalhos, em eventos anteriores e que volto a retomá-las, neste momento, Refiro-me em especial, à trabalho apresentado na XI RAM (2015) e projeto de pesquisa (2016), compartilhado com colegas de outras Instituições, sobre a fronteira Brasil-Uruguai, intitulado- Dinâmicas da Fronteira: consumo, fiscalidades, turismo e política cultural na fronteira Brasil/Uruguai, desenvolvido com as devidas possibilidades de autonomia por cada pesquisador.

7. Segundo dados (2010) publicados no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, a ocupação da população, de Jaguarão, divide-se nas atividades econômicas de agropecuária (18,21%), comércio (19,19%) e setor de serviços (49,88%), dentre outras.

8. A Universidade Federal do Pampa tem 10 campi, distribuídos em dez municípios do Estado do RS. Os campi estão localizados, a maior parte, na região oeste do Estado e muitos deles, em regiões de fronteira ou com a Argentina, ou com o Uruguai, que são os dois países que fazem divisa com o Rio Grande do Sul.